

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Da Senhora Nely Aquino)

Requer a realização de Audiência Pública para discussão do relatório elaborado pelo TCU sobre riscos à implementação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, sua regulação e desenvolvimento nacional.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública para discussão do relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União – TCU sobre os riscos à implementação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), sua regulação e desenvolvimento nacional.

Para a realização da oitiva sugerimos convidar:

1. Thacio Garcia Scandaroli (TCU), coordenador da equipe de elaboração de relatório de fiscalização da EBIA;
2. Representante do MCTI;
3. Representante da EMBRAPPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial;
4. Representante do CGI.br - Comitê Gestor da Internet no Brasil;
5. Representante da ABIPTI - Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação;
6. Representante da ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.



JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) instituiu pela Portaria MCTI nº 4.617, de 6 de abril de 2021, alterada pela Portaria MCTI nº 4.979, de 13 de julho de 2021, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial – EBIA. A iniciativa objetiva, entre outros, estimular o desenvolvimento da inteligência artificial (IA) no país e promover a cooperação entre entes públicos e privados. Dividida em nove eixos temáticos e prevendo a realização de 73 ações estratégicas, é esperado que a EBIA possa apresentar um diagnóstico do setor, mediante a realização de relatórios de avaliação, apresentando, entre outros, os principais desafios do segmento e uma visão de futuro para o país.

O TCU tem efetivado levantamentos sobre a utilização da IA e, conforme noticiado pelo próprio tribunal:

“...realizou, sob a relatoria do ministro Aroldo Cedraz, levantamento com o objetivo de avaliar o estágio atual e perspectivas de utilização de Inteligência Artificial (IA) na administração pública federal (APF), identificar os riscos associados, conhecer os impactos para o controle e avaliar a proposta para uma Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA).¹

Entendemos ser de vital importância discutirmos no âmbito desta Comissão os principais resultados obtidos pelo tribunal neste processo de fiscalização. Não apenas devemos discutir com os técnicos do TCU responsáveis por essa auditoria como, também, com os principais responsáveis por sua implementação, especialmente técnicos do MCTI, órgão coordenador da EBIA, e representantes dos subcomitês temáticos que guardam maior relação com a área de atuação de nosso colegiado.

Pelos motivos apresentados, rogamos a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de março de 2024.
Deputada NELY AQUINO - PODE/MG

¹ “TCU avalia uso de inteligência artificial pelo governo federal”. TCU Imprensa, 01/06/2022. Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-uso-de-inteligencia-artificial-pelo-governo-federal.htm>, acessado em 22/03/2024.

